

**XII Seminário Internacional sobre
Desenvolvimento regional 2025**

Planejamento e Desenvolvimento Regional: Estado, Mercado e Sociedade

ISSN 2447-4622

MEIO RURAL: IDENTIDADE, MIGRAÇÃO E PERTENCIMENTO

Eduarda Corrêa Lasta
Diorginis Luis Fontoura da Rosa
Silvia Virginia Coutinho Areosa

GRUPO DE TRABALHO: GT3: Cultura, identidade e territórios:

RESUMO

O presente trabalho busca refletir sobre os impactos da migração de jovens no meio rural e suas consequências para os territórios e sujeitos que nele permanecem, especialmente a população idosa. A análise tem como base um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Gênero, trabalho e envelhecimento no meio rural”, desenvolvida no distrito de Monte Alverne, em Santa Cruz do Sul (RS). A pesquisa evidencia que o envelhecimento no campo está diretamente relacionado à saída contínua de jovens, impulsionada pela concentração fundiária, desvalorização da agricultura familiar e ausência de políticas públicas voltadas à valorização do meio rural. Diante desse cenário, observa-se a sobrecarga das pessoas idosas, que muitas vezes permanecem sozinhos nas propriedades, enfrentando limitações físicas, acesso precário a serviços e isolamento social. Contudo, a permanência desses sujeitos também expressa resistência, reforçando vínculos afetivos, culturais e identitários com o território. A discussão evidencia que compreender o envelhecimento no campo demanda olhar para além das perdas demográficas, reconhecendo a importância da identidade rural como elemento central na sustentação dos territórios e na manutenção da memória, dos saberes e dos modos de vida locais. Por fim, defende-se a necessidade de políticas públicas que favoreçam tanto o envelhecimento digno quanto a permanência das juventudes, promovendo a sustentabilidade social, econômica e cultural dos espaços rurais.

Palavras-chave: Envelhecimento rural. Migração. Identidade rural. Desenvolvimento territorial.

INTRODUÇÃO

As reflexões apresentadas neste trabalho constituem um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Gênero, trabalho e envelhecimento no meio rural”, defendida em 2022 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). A referida pesquisa teve como objetivo central compreender de que forma as relações de gênero influenciam os significados atribuídos ao trabalho por pessoas idosas residentes no distrito de Monte Alverne, no município de Santa Cruz do Sul/RS.

Durante a realização da investigação, emergiram questionamentos acerca de outras dimensões que atravessam o cotidiano da população rural idosa, especialmente no que tange à composição etária desses territórios e às razões que levam ao êxodo da juventude. Despertou-se, assim, o interesse por aprofundar a compreensão sobre os processos migratórios e suas implicações na configuração social do meio rural, marcado pela presença significativa de pessoas idosas.

A migração da juventude para os centros urbanos está fortemente vinculada à ausência de políticas públicas eficazes de valorização do campo e de melhoria das condições de vida no meio rural. Tal cenário favorece o envelhecimento das comunidades rurais, fazendo com que, em muitas situações, os idosos permaneçam sozinhos, assumindo responsabilidades com o gerenciamento das propriedades em um período da vida em que o apoio familiar e institucional se torna fundamental.

A falta de incentivos à permanência da juventude rural, notadamente no que diz respeito à desvalorização da agricultura familiar, também contribui para esse processo. Como afirmam Ferreira e Bomfim (2013), a produção agrícola no Brasil, especialmente aquela desenvolvida por pequenos produtores, tem sido historicamente negligenciada. Nesse mesmo sentido, Sampaio, Girardi e Rossini (2020) destacam que a concentração fundiária constitui uma das principais características estruturais do campo brasileiro, dificultando o acesso à terra e à permanência de novas gerações no espaço rural.

Diante disso, este trabalho propõe-se a refletir sobre os impactos da migração no meio rural e suas consequências para os territórios e sujeitos que nele permanecem. Para tanto, a discussão será organizada em quatro seções: a primeira apresenta esta introdução; a segunda aborda o envelhecimento no campo; a terceira discute os movimentos migratórios e suas motivações; e, por fim, a última seção traz as considerações finais, retomando os principais pontos analisados ao longo do texto.

ENVELHECER NO CAMPO

A população brasileira vivencia um processo de envelhecimento acelerado. Segundo dados do IBGE (2017), a relação entre a porcentagem de idosos e de jovens o chamado índice de envelhecimento, deve aumentar de 43,19%, em 2018, para 173,47%, em 2060. Sendo que, a projeção para quem nascer em 2060 poderá chegar a 81 anos. Desde 1940, a expectativa já aumentou 30,5 anos. Dessa forma, estima-se que, em 2025, o Brasil ocupará o sexto lugar quanto ao contingente de idosos, alcançando cerca de 32 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. (Silva; Viana; Lima, 2020).

Este panorama gera a demanda de pesquisas acerca do envelhecimento, no entanto estas costumam ser realizadas nos espaços urbanos, de forma que os idosos da zona rural ficam à margem destes estudos. Tais prejuízos se estendem a outras áreas. Tavares et al. (2015), salientam que o acesso a aspectos importantes para a qualidade de vida das pessoas idosas no meio rural sofre interferência, como o acesso a saúde, por exemplo.

Por essa razão, um fator importante ao se investigar o envelhecimento no Brasil diz respeito ao espaço geográfico das pessoas idosas, isto é, onde encontramos esses sujeitos. O difícil acesso às localidades rurais, menor disponibilidade de serviços de saúde, lazer, bens de consumo e precariedade de políticas públicas reafirmam a necessidade de pesquisas neste espaço. Discutir o sentido da velhice rural torna-se importante não somente em função de uma idade demarcada pelo Estado, que define quando se é velho, mas também em função de verificar em que condições estão vivendo estes idosos, buscando privilegiar seus modos de vida e suas subjetividades. (Alcântara, 2016).

Tavares et al. (2016) afirmam que o processo de envelhecer das populações urbanas e rurais tem muitas semelhanças, no entanto na área rural se pode encontrar algumas dificuldades significativas, como pobreza, isolamento social, educação e habitação mais precárias, restrição do acesso a transporte e distância dos recursos sociais e de saúde. Bertuzzi, Paskulin e Morais (2012) também reforçam estes aspectos, acrescentando que neste meio há altas taxas de problemas de saúde e dependência.

No entanto, estes sujeitos desempenham um significativo papel em seus núcleos familiares. Tavares et al. (2011) sugerem que no meio rural a contribuição das pessoas idosas com o orçamento familiar é de extrema importância, se configurando muitas vezes como a principal fonte de renda. Pois, em sua grande maioria os idosos residentes no campo destinaram suas vidas ao cultivo do solo, retirando da “terra” o sustento de suas

famílias e sua própria sobrevivência. Tal panorama acaba por evidenciar condições de vida que nem sempre foram as melhores, mas que vieram a ser amenizadas, sobretudo, com a chegada da aposentadoria rural, através das normativas da chamada “Constituição Cidadã” de 1988. Entre outros muitos direitos conquistados, ela estabeleceu a concessão da aposentadoria rural para mulheres com 55 anos de idade e para os homens com 60 anos de idade. (Sakamoto, 2013).

Alcântara (2016), ressalta que o significado da aposentadoria está na segurança de que o tempo de privação não se repetirá, ou seja, o alimento não irá faltar. Dessa forma, a aposentadoria é sinônimo de dignidade, uma vez que permite o acesso a alguns bens e serviços, e também em muitos casos o sustento de toda a família. Já Santana e Lima (2012) apontam que a renda do idoso é a principal fonte de manutenção das despesas familiares e como referência efetiva no pagamento dos gastos, especialmente dos mais jovens.

Dessa forma, à medida que a aposentadoria se configura como segurança, garante também melhores condições de vida a essa população, atenuando as dificuldades características do meio rural, como a dificuldade de acesso a bens e serviços, por exemplo. Nesse sentido, Bombartedelli et al. (2017), nos dizem que é oportuno registrar que, atualmente, o meio rural tem tido maior acesso à aquisição de bens e serviços da modernidade, como: meios de comunicação (o rádio e a televisão, bens de consumo, energia elétrica etc.). Esses fatores têm possibilitado que as diferenças existentes entre os contextos urbano e rural sejam atenuadas, o que traz impactos benéficos na percepção da qualidade de vida das pessoas idosas rurais.

Outro ponto que configura a vivência das pessoas idosas no campo destina-se a tranquilidade, as relações de cordialidade com familiares e vizinhança. Para Schwartz (2002), o espaço rural costuma aproximar as pessoas por facilitar a convivência, pois mesmo que os filhos se casem, muitos deles constituem sua família morando nas proximidades da casa dos pais ou juntos deles. A rede de apoio familiar do meio rural tem sua organização distinta se compararmos ao meio urbano (Bertuzzi, 2012). As famílias rurais têm convivências entre várias gerações, o que colabora para o cuidado diário entre os membros da família enquanto dividem o mesmo espaço, situação que vem mudando em função da migração do campo para à cidade. (Missio; Portela, 2003). Assunto que será discutido a seguir.

O FENÔMENO DA MIGRAÇÃO RURAL

Poucos países conheceram movimentos migratórios tão intensos como o Brasil. (Camarano e Abramovay, 1999). Assim, como muitos de nós somos descendentes ou até mesmo fizemos parte dessas pessoas que vieram para as cidades em busca de “algo”. Nesse contexto, Oliveira e Prado (2013), nos dizem que nossas histórias trazem em seu bojo um cheiro de terra.

Leite e Dimenstein (2013), revelam que entre as décadas de 1960 a 1980 um contingente maciço de pessoas deixaram as áreas rurais. Dizem ainda que nesse período o êxodo rural chegou a 27 milhões de pessoas. Diante desse dilema, as explicações para o fenômeno migratório dos jovens rurais se destina as dificuldades de reprodução econômica, dificuldades de acesso a terra e ao acesso à escolarização. (Oliveira; Prado, 2013). Além, disso as relações de poder firmadas pelo núcleo familiar de origem, dificultam a tomada de decisões dos jovens na propriedade. Fazendo com este procure as cidades como uma alternativa para assumirem a posição de adultos.

Além disso, o agronegócio se configura como um empecilho para a permanência do jovem no campo. Pois, desqualifica o pequeno produtor e por consequência inviabiliza a busca por alternativas de subsistência. Nesse contexto, Sampaio, Girardi e Rossini (2020, p. 02), nos dizem que “territorialização contínua do agronegócio não ocorre de forma homogênea e harmônica, mas, ao contrário, materializa-se em um espaço agrário repleto de conflitos e contradições”. Sendo assim, o agronegócio propicia um movimento contrário, pois ao invés de investir no local, traz para as regiões de exploração atores urbanos. Nesse contexto, Elias (2012, p. 07) pontua

[...] observam-se movimentos migratórios da cidade maior para a cidade menor advindos de profissionais especializados para o agronegócio. Observa-se, também, o aumento da divisão social e territorial do trabalho agropecuário.

Entre a busca por melhores condições de vida na cidade, é necessário pontuar a educação. A baixa escolaridade das pessoas idosas rurais é um fato. Conforme Santos, Lopes e Neri (2007), a educação cria oportunidades, e a falta dela ocasionalmente estabelece barreiras na busca por melhorias e qualidade de vida. Os baixos índices de alfabetização dos idosos rurais remetem a um cenário em que a educação se referia ao aprender minimamente ler e escrever, condição suficiente para a época.

Hoje, os efeitos da baixa escolarização desses sujeitos, nos apresentam uma população rural em que a renda gira em torno dos proventos da aposentadoria, em um contexto que dificulta um envelhecimento ativo e a busca por qualidade de vida. Passagens curtas e não sistemáticas pela escola, nos direcionam também, a questão do analfabetismo funcional. No Brasil os índices de analfabetismo funcional chegam a 49% das pessoas com mais de 60 anos, entre estas 18% não receberam educação formal e, 89% não concluíram o ensino fundamental. (Cachioni; Todaro, 2016).

Nesse contexto, Froehlich et al. (2011), dizem que por esses motivos os jovens visualizam nas cidades um futuro promissor.

Apesar de avanços importantes no que se refere aos ganhos de produtividade e rendimento das ocupações agrícolas, é nas áreas urbanas que se concentram as ocupações mais promissoras no que se refere ao destino socioeconômico das pessoas, seja pela perspectiva de estabilidade econômica, seja pelo próprio prestígio social das ocupações (Quadros; Maia, 2010. p. 445).

Lencioni (2008), salienta que, gramaticalmente a palavra cidade faz referência a “aglomeração humana, localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras. Nesse contexto, Sposito (2010), nos diz que a cidade é o espaço propício às atividades que possibilitam encontros e comunicações. Já o campo é marcado pela extensão e que supri técnica e economicamente outras atividades. Tais atividades se relacionam com o sistema de acumulação capitalista, teoricamente de prosperidade e abundância. Características essas, que atraem o imaginário dos jovens do campo.

Sendo assim, a busca pelas cidades, ou pelo imaginário que ela gera se configura, como um “desvio” de uma trajetória rica de possibilidades no campo. À medida que não se tem jovens atuantes no meio rural, se perde a oportunidade de territórios rurais plurais e abertos a construção e viabilização de alternativas e direitos. Sobre a formação socioterritorial brasileira:

[...] em um país com taxa de urbanização de 84,7% (2015), parte dela formada pelo impedimento ao acesso à terra e pela expulsão do homem do campo. (Sampaio; Girardi; Rossini, 2020, p. 13).

Tal panorama, por sua vez, caracteriza um aumento significativo da população idosa no meio rural. Pois, apesar do movimento migratório ter sido mais intenso e homogêneo na década de 80, hoje ele ainda ocorre, de modo que acabam ficando mais idosos no meio rural. (Rohde; Lasta; Areosa. 2017).

Sakamoto (2013) entende que há um incentivo da vida urbana, o que contribui para o abandono da vida rural pelos jovens. Este fenômeno acarreta a redução dos membros da família, menor força de trabalho e o esgotamento da possibilidade de cuidado com os idosos ser realizada por seus descendentes. Ou seja, além de

permanecerem os idosos no campo, estes precisam lidar muitas vezes sozinhos com as demandas da sua propriedade, em uma fase da vida em que normalmente as pessoas começam a necessitar auxílio de outros para algumas atividades.

Diante desta realidade, a população idosa se vê muitas vezes sozinha nas propriedades rurais. O elevado índice de idosos na zona rural, se comparado ao ambiente urbano, indica a necessidade de que se investigue sobre as condições de vida destas pessoas, para que se conheça de que forma estão vivendo, e para que se pense em formas de fornecer-lhes suporte.

A IDENTIDADE RURAL E O PERTENCIMENTO AO CAMPO

A identidade rural é um componente central para a compreensão da permanência de determinados sujeitos no campo, especialmente no caso das pessoas idosas. Trata-se de uma construção social e simbólica que se desenvolve ao longo do tempo por meio das relações cotidianas com o território, a natureza, o trabalho e os modos de vida característicos do meio rural. Mais do que uma simples localização geográfica, a ruralidade é vivida como um elemento constitutivo da subjetividade, reforçando sentimentos de pertencimento, continuidade e enraizamento.

Como observa Woortmann (1990), os camponeses não se definem apenas por sua posição econômica ou pela posse da terra, mas também por uma forma de vida marcada por valores como a autonomia, o trabalho familiar e a relação íntima com o território. Nessa perspectiva, a identidade rural emerge como uma experiência vivida, ligada ao cotidiano e à prática social, sendo constantemente reafirmada nos rituais, nos saberes tradicionais e nas redes de solidariedade locais. Para os idosos, essa identidade está ainda mais consolidada, pois corresponde a uma trajetória longa de inserção na lógica da produção familiar, do cultivo da terra e da organização comunitária rural.

Schneider (2003) destaca que a agricultura familiar não é apenas uma categoria produtiva, mas também uma forma de vida, cujo vínculo com a terra ultrapassa o aspecto econômico, alcançando o simbólico e o afetivo. Assim, o pertencimento ao campo não se expressa somente em termos materiais, mas é fortemente marcado por laços emocionais e culturais que criam resistência à migração, mesmo diante das adversidades. Muitos idosos preferem permanecer em suas comunidades rurais, onde se sentem úteis, reconhecidos e integrados, em contraste com a cidade, muitas vezes percebida como espaço de anonimato, desvalorização e perda de vínculos.

Para Brandão (2004), o rural não é apenas um “resto” da modernidade, mas um território dinâmico, portador de saberes e formas próprias de existência. A construção da identidade rural, nesse sentido, está em constante negociação com as mudanças sociais, como a intensificação do agronegócio, a migração dos jovens e a reconfiguração dos territórios. Mesmo assim, os sujeitos do campo — em especial os mais velhos — continuam a produzir sentidos sobre si mesmos e sobre o lugar que ocupam no mundo, reafirmando seu valor social e cultural.

Além disso, como observa Cavalcanti (1999), a ruralidade não é homogênea e deve ser compreendida como um campo de disputas simbólicas. Os modos de vida rurais resistem e se reinventam diante da urbanização e das transformações produtivas, mantendo elementos distintivos que compõem a identidade dos sujeitos rurais. A memória, os saberes locais, as festas comunitárias, a relação com a religiosidade e os vínculos intergeracionais são alguns dos pilares que sustentam essa identidade, sobretudo entre os idosos, que atuam como guardiões dessas práticas.

Dessa forma, compreender a identidade rural é essencial para analisar os impactos da migração e do envelhecimento no campo. É a partir dessa identidade que muitos idosos constroem estratégias de permanência, ressignificam suas trajetórias e reafirmam o valor do rural como espaço legítimo de vida, memória e futuro. Em um contexto de invisibilização social, reconhecer a força simbólica da identidade rural permite valorizar esses

sujeitos não apenas como herdeiros de uma tradição, mas também como protagonistas na sustentação dos territórios rurais.

COCLUSÃO

A partir das reflexões desenvolvidas neste trabalho, evidencia-se que o envelhecimento no meio rural brasileiro está intrinsecamente relacionado a um conjunto complexo de fatores sociais, econômicos e culturais, dentre os quais se destaca o processo contínuo de migração da juventude para os centros urbanos. Esse fenômeno, impulsionado por elementos estruturais como a concentração fundiária, a desvalorização da agricultura familiar e a ausência de políticas públicas eficazes para o campo, contribui para a reconfiguração demográfica e social dos territórios rurais, cada vez mais marcados pela predominância de pessoas idosas.

A presença significativa das pessoas idosas no meio rural não pode ser compreendida apenas em termos de ausência dos jovens, mas deve ser analisada à luz da identidade rural e do sentimento de pertencimento que esses sujeitos constroem ao longo da vida. Como apontam autores como Woortmann (1990), Schneider (2003) e Brandão (2004), o vínculo com a terra e com os modos de vida camponeses ultrapassa a esfera econômica, configurando-se como um elemento simbólico e afetivo essencial para a constituição da subjetividade dos sujeitos rurais.

Ao mesmo tempo, esse envelhecimento é atravessado por condições adversas, como o isolamento, o difícil acesso a serviços e a carência de suporte institucional. No entanto, a permanência desses idosos no campo revela também formas de resistência e resiliência, pautadas em redes de solidariedade, no valor simbólico da aposentadoria rural e na continuidade de práticas comunitárias que reforçam a coesão social dos territórios.

Portanto, refletir sobre os caminhos e descaminhos da migração no meio rural é também reconhecer a centralidade da identidade rural como forma de resistência à invisibilização e ao apagamento simbólico desses sujeitos. A valorização da vida no campo passa por reconhecer os idosos como agentes ativos na manutenção da cultura, da memória e da economia local, bem como por construir políticas públicas que promovam o envelhecimento digno, a permanência das juventudes e o fortalecimento de territórios rurais sustentáveis, plurais e vivos.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, A. O. Envelhecimento populacional e os desafios para o desenvolvimento social. *Ciência & Saúde Coletiva, Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 11, p. 3641-3647, 2016.

BERTUZZI, L. D. C.; PASKULIN, L. M. G.; MORAIS, E. P. Velhice no meio rural: qualidade de vida e envelhecimento ativo. *Revista Kairós: Gerontologia, Revista Kairós: Gerontologia*, v. 15, n. 1, p. 125-143, 2012.

BOMBARDELLI, C.; ROSA, L. H. T.; KELLER, K. D.; KLAHR, P. S.; ROSA, P. V.; PERES, A. Envelhecimento e qualidade de vida no meio rural. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 20, n. 1, p. 86-96, 2017

BRANDÃO, C. R. A identidade do campo e o campo da identidade. In: **BRANDÃO, C. R.; STEDILE, J. P.** *Movimento Sem Terra: formação e consciência*. 9. ed. Petrópolis: **Vozes**, 2004. p. 115-130.

CACHIONI, M.; TODARO, R. C. Educação e envelhecimento: desafios para a superação do analfabetismo funcional. *Psicologia: Ciência e Profissão, Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 36, n. 1, p. 220-231, 2016.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Rural idosos: desafios para políticas públicas. *Estudos Avançados, Estudos Avançados*, v. 13, n. 36, p. 151-166, 1999.

CAVALCANTI, L. Identidade e ruralidade: notas para uma leitura antropológica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, p. 69-84, 1999.

ELIAS, P. E. O. A territorialização do agronegócio no Brasil: efeitos e contradições. *Cadernos CRH, Cadernos CRH*, v. 25, n. 65, p. 7-20, 2012.

FERREIRA, M. R. S.; BOMFIM, Z. C. Agricultura familiar: a luta pela sobrevivência dos agricultores no Brasil. *Revista Geográfica de América Central, Revista Geográfica de América Central*, n. 50E, p. 1-19, 2013.

FROEHLICH, J. M. Migração e juventude rural: dilemas e possibilidades. *Revista Nera, Revista Nera*, v. 14, n. 18, p. 28-45, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Projeção da população do Brasil e das unidades da federação*. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2017.

LEITE, J.; DIMENSTEIN, M. Êxodo rural no Brasil: uma análise histórica. *Revista Espaço Acadêmico, Revista Espaço Acadêmico*, n. 138, p. 20-28, 2013.

LENCONI, S. Urbanização e rede urbana. In: **CORRÊA, R. L. (org.)** *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2008. p. 61-84.

MISSIO, L.; PORTELA, P. P. A família rural frente às transformações da sociedade contemporânea. *Revista Brasileira de Agroecologia, Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2003.

OLIVEIRA, D. L.; PRADO, R. S. Migração rural e juventude: desafios para o desenvolvimento sustentável. *Revista Geográfica de América Central, Revista Geográfica de América Central*, n. 2, p. 1-21, 2013.

QUADROS, W. J.; MAIA, A. G. Reestruturação produtiva, ocupações e transformações sociais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, p. 431-446, 2010.

ROHDE, R. S.; LASTA, L. P.; AREOSA, S. V. Idosos no meio rural: qualidade de vida, trabalho e bem-estar. *Revista Kairós: Gerontologia, Revista Kairós: Gerontologia*, v. 20, n. 2, p. 55-75, 2017.

SAKAMOTO, A. Aposentadoria rural: avanços e desafios. *Serviço Social & Sociedade, Serviço Social & Sociedade*, n. 113, p. 102-120, 2013.

SAMPAIO, A.; GIRARDI, E. P.; ROSSINI, G. A territorialização do agronegócio no Brasil e seus impactos. *Cadernos IPPUR, Cadernos IPPUR*, v. 34, n. 1, p. 1-21, 2020.

SANTANA, J. F.; LIMA, E. N. A importância da renda da aposentadoria rural na composição da renda familiar dos idosos no Brasil. *Revista Brasileira de Economia Doméstica, Revista Brasileira de Economia Doméstica*, v. 23, n. 2, p. 153-165, 2012.

SANTOS, D. F.; LOPES, C. S.; NERI, A. L. Educação e envelhecimento: perfil educacional de idosos no Brasil. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 10, n. 2, p. 245-259, 2007.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. *Estudos Sociedade e Agricultura, Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 1, n. 1, p. 57-84, 2003.

SCHWARTZ, G. *O campo e a cidade no Brasil*. 3. ed. São Paulo: **Contexto**, 2002.

SILVA, A. P.; VIANA, R. A. C.; LIMA, K. C. Envelhecimento populacional e os desafios para o Brasil. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 23, n. 1, p. 1-8, 2020.

SPOSITO, M. E. B. A cidade e o urbano: reflexões sobre a produção do espaço. *Cadernos CEDES, Cadernos CEDES*, v. 30, n. 80, p. 7-20, 2010.

TAVARES, D. M. S.; FACHINELLI, A. M. P.; DIAS, F. A.; BOLINA, A. F.; PAIVA, M. M. Condições de saúde e qualidade de vida de idosos rurais. *Revista da Escola de Enfermagem da USP, Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 49, n. 2, p. 270-276, 2015